



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 091/2023

PROCESSO Nº 068/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2023

O **MUNICÍPIO DE BARRA DO RIO AZUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua das Rosas, nº 268, inscrito no CNPJ sob o nº 93.539.153/0001-92, por representação legal do Prefeito Municipal, Senhor **MARCELO ARRUDA**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 815.917.560-49 e RG nº 6077573936, residente no Município da Barra do Rio Azul, RS, doravante denominado **CONTRATANTE** e **TIARAJU ENGENHARIA LTDA**, da Rua Epitácio Pessoa, 2800, Bairro São Luiz Gonzaga, da cidade de Passo Fundo - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 89.896.138/0001-24, neste ato representada pelo Sr. **MOACYR SEERIG**, inscrito no CPF sob o nº 271.283.500-04 e RG 4004079507, SSP/RS, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente Termo Contratual Administrativo, conforme processamento da Dispensa de Licitação nº 042/2023, com obediência à Lei Federal nº 14.133/21, aos princípios de direito público e às cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente Contrato Administrativo a relocação de parte da rede de distribuição de energia elétrica de alta tensão, no perímetro urbano, saída à Itatiba do Sul, no município de Barra do Rio Azul – RS, com emprego de material e mão-de-obra, conforme projeto RGE 300000897068.

1.2. Os serviços deverão ser executados conforme a observância das condições estabelecidas na **Dispensa de Licitação nº 042/2023**, que integram, completam e vinculam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os termos, juntamente com a proposta da CONTRATADA.

1.3. Todo material que se fizer necessários à execução do objeto do presente contrato serão fornecidos, exclusivamente, pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. A CONTRATADA deverá iniciar a execução do objeto de modo imediato após assinatura do contrato.

2.2. O presente Contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado mediante justificativa e aceitação da administração municipal.



2.3. Caso haja motivo de força maior ou de condições climáticas ou técnicas excepcionais que prejudiquem o andamento dos serviços, o presente prazo poderá ser prorrogado, mediante **Termo Aditivo** a ser firmado entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA– DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1. Pela execução contratual, a contratada receberá o valor total de **R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais)**.

3.2. O pagamento será efetuado em três parcelas sendo: 30 % (trinta por cento) do valor total no início dos serviços e o restante do valor será dividido em duas parcelas de igual valor, sendo uma (2ª parcela) paga em trinta dias e o restante (3ª parcela) em sessenta dias, mediante apresentação de nota fiscal, a ser entregue na Secretaria Municipal de Finanças, através de boleto ou depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA.

3.3. A nota fiscal/fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e do número do certame, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto licitado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

3.4. Não será efetuado qualquer pagamento a CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.5. Todas as despesas decorrentes da execução do serviço, bem como os tributos municipais, estaduais e federais incidentes, correrão por conta da CONTRATADA.

3.6. Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas com material, pessoal, transporte, hospedagem, alimentação, taxas, impostos, leis sociais e eventuais que possam acarretar ônus ao CONTRATANTE, especificados ou não neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO EMPENHO DA DESPESA

4.1. As despesas resultantes da execução deste contrato serão atendidas inicialmente pela(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
2017	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3390.30.00.00.00.0001(88)	Material de Consumo
3390.39.00.00.00.0001(79)	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO

5.1. Os serviços serão fiscalizados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores. Será gestor do presente contrato o Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos.



5.2. É vedado à CONTRATADA a subcontratação total ou parcial do objeto do presente contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial.

5.3. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados.

5.4. A indenização de quaisquer danos porventura ocorridos contra terceiros ou ao CONTRATANTE, durante a realização dos serviços, objeto deste contrato de natureza técnica, falta de sinalização, erros de execução, imperfeições durante a execução, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, comprometendo-se, a mesma, em realizar os trabalhos com a máxima segurança, mediante a adoção de medidas adequadas de prevenção de acidentes.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inobservância de qualquer cláusula contratual.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou a penalidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1. No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente contrato, tais dúvidas serão resolvidas supletivamente com o auxílio da Legislação Civil, aplicável aos contratos do Direito Privado e, com o apoio do Direito Administrativo Público, no que diz respeito à obediência dos princípios que norteiam a Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido, caso se materialize uma ou mais das hipóteses contidas na Lei Federal nº 8.666/93. Poderá também ser rescindido por qualquer uma das partes e a qualquer tempo mediante Aviso Prévio, por escrito, de 30 (trinta) dias.

8.2. Fica a Administração Pública Municipal a prerrogativa de rescindir antecipadamente o presente instrumento, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, mediante a comunicação escrita, a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, descabendo direito a indenização ou interpelação judicial ou extrajudicial, seja a que título for.



CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. As partes elegem de comum acordo, o Foro da Comarca de Erechim/RS, para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

E por estarem de acordo com os termos do presente Contrato, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Barra do Rio Azul, RS, 21 de setembro de 2023.

Município de Barra do Rio Azul,
Prefeito Municipal,
Contratante.

TIARAJU ENGENHARIA LTDA,
MOACYR SEERIG,
Sócio Administrador,
Contratada.